

BOLÍVIA: DUAS REVOLUÇÕES NACIONALISTAS?

Aldo DURÁN GIL¹

■ **RESUMO:** A análise comparativa da Revolução Nacional de 1952 e da Revolução Nacional Democrática de 2006 propicia um caminho teórico para compreendermos os principais elementos da mudança na orientação da política externa da Bolívia, bem como problematizarmos quais as implicações políticas e sociais da implantação de medidas polêmicas em âmbito econômico, pelo governo de Evo Morales. Para tanto, partimos de uma contextualização histórica das transformações essenciais do país visando entender o período dos governos neoliberais e a conjuntura que o segue com a eleição de Evo Morales. Tentar-se-á demonstrar que tais processos, a despeito de suas diferenças, apresentam em seus aspectos constitutivos um caráter nacionalista democrático burguês.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Revolução nacional. Revolução nacional democrática. Governo Evo Morales. Nacionalização. Política Externa.

A revolução nacional de 1952²

A crise de hegemonia da antiga oligarquia mineira chega a seu fim com a eclosão da chamada Revolução Nacional de 1952, que deu início a um processo de nacionalização, porém dotada de conflitos, ambigüidades, regressões e contradições. Nos seus aspectos constitutivos, podemos caracterizar esta revolução como sendo de natureza nacionalista burguesa. Entendemos por este termo ao processo classista das transformações, aos interesses

¹ UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Departamento de Ciências Sociais. Uberlândia – MG – Brasil. 38400-902 – aduran@fafcs.ufu.br.

² Todas as traduções são nossas.

de classe predominantes, aos objetivos finais perseguidos (consciente ou inconscientemente) pelas diversas classes em luta e ao processo global enquanto variante de um tipo de revolução burguesa num contexto socioeconômico e político atrasado e altamente dependente. Tal revolução teve, por um lado, como força motora o proletariado mineiro e as massas populares urbanas sob seu comando, e por outro, como força dirigente a pequena burguesia aglutinada no partido MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionário)³. Este se impôs como partido único e controlou o aparelho de Estado, comandou o processo político e manipulou/controlou o movimento sindical da COB (Central Obrera Boliviana), bem como inculcou a ideologia movimientista/nacionalista durante o período de governo (1952-1964), uma espécie de ideologia populista que na Bolívia se conhece como “nacionalismo revolucionário”. Mesmo com a queda do regime do MNR em 1964, tal ideologia se manteve latente ao longo dos anos 1970, até seu completo colapso em meados dos anos 1980. Com efeito, antes do estalido da revolução, os setores nacionalistas (pequena burguesia urbana) entendiam que o país somente poderia seguir o curso inevitável da revolução democrática burguesa, ao contrário do proletariado mineiro que defendia a combinação da revolução democrática burguesa com a revolução socialista, sob o comando desta, conforme rezava seu programa político na Tese de Pulacayo (LORA, 1987).

Em suma, a Revolução Nacional de 1952 mostra uma nova fase de transição capitalista periférica determinada pelo desenvolvimento de um tipo de capitalismo de Estado: a passagem de uma economia mineiro-exportadora monopolista privada para uma economia mineiro-exportadora monopolista de Estado. Nesta fase, a estrutura jurídico-política (o Estado) sofre modificações mais rápidas em relação às transformações socioeconômicas capitalistas: o aparelho estatal se moderniza e o Estado adota um papel crucial como agente principal do desenvolvimento capitalista⁴. No nível socioeconômico, as transformações capitalistas avançam num ritmo demasiado lento devido à permanência de relações de produção pré-capitalistas,

³ Por diversos fatores conhecidos, o proletariado mineiro perdeu a direção política para a pequena burguesia do MNR na primeira fase da revolução (1952-1953), conformando-se logo com o co-governo MNR-COB até 1956.

⁴ Devemos salientar que nos apoiamos nesse suposto como ponto de partida da análise da formação social boliviana, pois o exame desses temas (a Revolução de 1952, a passagem de um tipo de economia a outro etc.) escapa aos objetivos centrais deste trabalho.

que na década de 1970 ainda se conservam com relativo vigor no campo (isto é, relações de produção servis que convivem com relações de produção capitalistas, com dominância das primeiras). Nesse contexto de transição capitalista periférica, é o Estado burguês boliviano dependente que ao cumprir o papel importante de unificar a formação social e ao criar as condições político-ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalista, conserva ainda, contraditoriamente, por muito tempo traços de relações de produção pré-capitalistas.

Dito isso, a seguir tentaremos apresentar sinteticamente os principais aspectos desta revolução nacionalista burguesa. Nas suas dimensões socioeconômicas e políticas gerais, procura-se recuperar a soberania do país e os principais recursos de exportação com forte controle do Estado e com a ampliação deste através da implementação duma política nacional-desenvolvimentista. Tal revolução viabiliza a instauração de uma variante de Estado populista e um regime político que insere a classe trabalhadora e as massas populares urbanas no sistema político. O que é feito através da aplicação de uma política de outorga de certas concessões como sufrágio universal, legislação social e trabalhista favorável e funcionamento do sindicalismo comandado pela COB na cidade e no campo com o objetivo de buscar uma ampla base social de apoio para realizar os projetos nacional-desenvolvimentistas do regime do MNR – isto é, uma política de integração/controlar das massas trabalhadoras. Embora as grandes massas indígenas e camponesas tenham jogado um papel político secundário no processo revolucionário de 1952 e um papel mais participativo na Reforma Agrária de 1953, elas tendem a ser organizadas e manipuladas tanto pelo partido do governo quanto pelo aparelho do Estado (INRA e Exército; posteriormente este último terá um papel crucial nesse processo) para assegurar o voto e a lealdade política ao regime. Esse foi o caso da emergência dos camponeses armados para defender a reforma agrária (“milícias armadas”) leais ao regime do MNR (o Pacto Militar-Camponês implementado pelos militares origina-se nos governos do MNR). Trata-se da instauração do clientelismo ou patronato político que foi mais acentuado no campo boliviano, fenômeno amplamente analisado pela maioria dos autores (BLASIER, 1971; LAVAUD, 1991), porém considerado como um fenômeno negativo, de caráter corruptor, pré-capitalista e pré-moderno, quando na verdade trata-se de um fenômeno

típico do capitalismo (THEOBALD, 1992) e que tem expressões mais incisivas na periferia do capitalismo.

Seguindo a análise alternativa de Saes (1985, 2001) sobre o populismo tradicional, pode-se dizer que o populismo marcou uma fase de transição capitalista periférica na Bolívia que se caracteriza pela crise crônica de hegemonia no interior do bloco no poder e pela necessidade do Estado mobilizar as massas trabalhadoras com o fim de diminuir a instabilidade política que decorre dessa crise. Nesses dois últimos aspectos, estariam as limitações mais importantes da democracia política dinamizada no regime do MNR, cuja maior fonte de instabilidade e contradição do Estado de 1952 estaria a ascensão política real dos trabalhadores⁵. Com efeito, o regime de partido único e a luta intestina acirrada das facções do MNR pela conquista do poder governamental, bem como a reorganização do Exército por parte dos militares leais ao MNR, autorizada pelo governo, contribuíram com o aprofundamento das duas limitações mencionadas.

Por outro lado, a revolução de 1952 constata uma tendência histórica das revoluções burguesas: o predomínio da ditadura sobre a democracia política, e não o contrário como defendem alguns autores ao tentarem compatibilizar revolução política burguesa com democracia política. O regime do MNR durou 14 anos (1952-1964), ao passo que o regime militar durou 18 anos (1964-1982), mesmo descontando o funcionamento de alguns efêmeros governos democráticos. Deve-se acrescentar o déficit histórico acentuado da democracia que se expressa notavelmente na instabilidade política crônica e que caracteriza tanto os governos ditatoriais cívico-militares quanto os governos democráticos na história do país. Sem entrar no mérito das análises de Lora (1980) e Zavaleta Mercado (1987b) sobre o assunto, basta mencionar as teses gerais defendidas por eles. O déficit da democracia dever-se-ia ao fracasso revolução de 1952 e, sobretudo, à incapacidade da classe dominante (primeiro a pequena burguesia e depois a oligarquia) em se transformar em burguesia e, por conseguinte, transformar o país nos moldes da democracia representativa ocidental. O que teria vigorado seria a imposição da sucessão

⁵ Por falta de espaço, é impossível aqui analisar o tema do papel político exercido pelas classes trabalhadoras e camponesas (COB) lideradas pelo proletariado mineiro. Sobre o colapso do regime do MNR e o papel exercido pelo proletariado mineiro nos governos militares reformistas (Ovando e Torres e na Assembléa Popular), ver Durán Gil (2007).

governamental pela via do golpe militar. Para os dois autores, esse método de sucessão utilizado pelas classes dominantes permitiu a alternância do poder entre suas diferentes frações, contrariando assim a democracia representativa. Por outro lado, ambos autores explicaram aspectos importantes do sentido político do golpe de Estado: se para Lora (1980, p.23-24), o golpe (que funcionou como uma lei despótica não escrita das classes dominantes bolivianas, em detrimento da carta constitucional) teve um caráter desorganizador das massas populares, para Zavaleta Mercado (1987b, p.15), ele seria um “hábito social” que denotaria outra forma de representação política: a enunciação patrimonial do poder, a corrupção generalizada e a violência permanente.

Voltemos a nosso tema central. A Revolução de 1952 implementou o programa político da pequena burguesia do MNR e não o do proletariado mineiro estampado na Tese de Pulacayo (LORA, 1987). O que significava a implementação de um tipo de desenvolvimento capitalista dependente com base principalmente na economia de enclave mineiro, sem romper com a natureza dessa economia nem com o capital estrangeiro. Esse foi o caráter da nacionalização das minas e do controle estratégico da economia pelo Estado formado em 1952. O que se nacionalizou foram as minas dos “barões do estanho” (firmas grandes), já convertidas em sucata e funcionando com tecnologia obsoleta, baixa produtividade e com jazidas esgotadas. O regime do MNR pagou milionária indenização aos “barões do estanho”, principalmente a Patiño, contra as exigências do proletariado mineiro, que defendia a nacionalização sem indenização. Em outros termos, não houve modificação substantiva do padrão da economia mineiro-extrativa. Mesmo com a nacionalização das minas, o país continuou sendo um exportador potencial de concentrados de minérios (produto não refinado, principalmente estanho) vendidos a “preço de banana”. A indústria extrativa funcionou com maquinaria e tecnologia obsoleta, baixa produtividade e alta exploração da força de trabalho. Ou seja, trata-se de uma nacionalização burguesa que tem como objetivo precípua o desenvolvimento capitalista a médio e longo prazo, um tipo de transição capitalista periférica que, no seu processo global, demonstrou ser retardatária e muito mais lenta e conflituosa em relação aos casos brasileiro, argentino ou chileno.

A nacionalização não afetou às firmas estrangeiras, especialmente as de origem estadunidense, que integravam e dominavam a associação de firmas autodenominadas médias (ANMM – Asociación Nacional de la Minería Mediana). A propriedade jurídica das minas nacionalizadas e das grandes reservas de minérios (do solo e subsolo) passaram às mãos do Estado, porém este não tem capital e tecnologia para manter em funcionamento as empresas mineradoras estatizadas e recorre ao auxílio do capital estrangeiro. O Estado, então, implementa uma modalidade de relação com esse capital: a criação de empresas mistas ou joint ventures. Trata-se de um tipo de industrialização associada, porém fracassada porque o capital estrangeiro não investiu seriamente no país, limitando-se apenas a garantir o mínimo necessário para o funcionamento do enclave mineiro, mantendo a reprodução da pilhagem de matérias primas baratas. Instaura-se, assim, uma nova dependência da economia boliviana diante dos grandes monopólios internacionais do setor de mineração: primeiro, diante da refinadora Harvey de Patiño (barão do estanho), em Liverpool (Inglaterra), que controlava os preços dos metais no mercado mundial e detinha o maior volume do produto de exportação do país devido aos contratos leoninos exclusivos feitos com a estatal COMIBOL (Corporación Minera de Bolívia); e depois, com o capital estrangeiro, principalmente o de origem estadunidense: logo após a quebra da refinadora Harvey nos anos 1960, instaura-se uma nova corrida acentuada entre as grandes refinadoras e firmas monopolistas européias e estadunidenses do setor pelo controle e saqueio dos concentrados de minérios bolivianos, em conivência com a burguesia de Estado, oriunda do MNR, e a nova burguesia mineira aglutinada na ANMM.

Tal concorrência acirrada pelo maior açambarcamento de lucros rápidos foi devastadora para a economia boliviana. As firmas monopolistas estrangeiras, utilizando-se de uma prática extorsiva, de chantagem e retaliação contra as ameaças de nacionalização e a recorrência a tribunais internacionais com leis abusivas (como a Emenda Hickenlooper)⁶ que obrigaram

⁶ Essa Emenda foi um instrumento jurídico eficiente contra as nacionalizações. Ela foi aprovada pelo Congresso estadunidense em 1970, a qual fazia parte da legislação sobre a Ajuda Externa; e protegia as firmas estadunidenses diante das nacionalizações feitas por qualquer Estado na periferia do capitalismo. Entre as principais sanções estão: a suspensão da ajuda econômica governamental e dos créditos internacionais; o bloqueio dos principais produtos de exportação aos Estados Unidos. Os equivalentes atuais desse instrumento jurídico punitivo estão: as leis estadunidenses que enquadram a luta contra o

às empresas estatais a vender sua produção exclusivamente para elas, sendo seu refino realizado fora do país, mantendo a indústria extrativa de minérios. E mesmo com a criação tardia da refinadora estatal (Vinto) em 1970, a situação do país não mudou: ela funcionou com perda, passando a exportar estanho metálico e concentrado com preços baixos e subsidiados para as empresas do setor mineiro privado (ANMM), monopolizadas pelas grandes transnacionais como a GRACE (Empresa Minera W. R. Grace & Co.) e a USSC (United States Steel Company), entre outras. Finalmente, a dependência do setor externo boliviano, segundo produtor mundial de estanho, se aprofunda com o controle dos metais no mercado mundial detido pelos Estados Unidos através da acumulação deliberada do estoque de estanho (Buffer Stock), impondo preços baixíssimos e extorsivos até a crise mundial do metal no final dos anos 1970.

Vejam agora o setor de gás e petróleo. A primeira nacionalização do petróleo em 1937, que provocou a criação da estatal petrolífera boliviana (YPFB – Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) e a expulsão da Standar Oil, teve uma importância política (sem precedentes na história do país) que denotava a crise de hegemonia da antiga burguesia mineira. Ao contrário do discurso nacionalista de recuperação dos recursos energéticos do país, em 1953, o governo do MNR inicia um processo de desnacionalização do setor petrolífero ao conceder terras fiscais ao capital estadunidense para exploração do patrimônio energético (o arrendamento de 350 mil hectares ao aventureiro Glenn McCarthy). Esse processo se consolida com o Código do Petróleo de 1956 de cunho liberalizante que faz parte da política de abertura da economia imposta pelo plano Bohan no governo Siles (1956-1960). A indignação de setores nacionalistas reformistas (categorias sociais de Estado: militares, burocracia civil, intelectuais etc.), com a perda da soberania do Estado e com a entrega dos recursos naturais à voracidade do capital estrangeiro (isto é, ao processo de desnacionalização de caráter acelerado na década de 1960), deságua na segunda nacionalização do petróleo em 1969, sob governo militar Ovando

narcotráfico; o acordo comercial APTDEA, imposto pelos Estados Unidos aos países andinos, que solapa seu caráter punitivo; e mais especificamente, o tribunal internacional de arbitragem, o CIADI (*Centro Internacional de Arreglo de Diferencias Relativas a Inversiones*) do Banco Mundial, que tem o objetivo de proteger os investidores estrangeiros nos tratados de livre comércio e nos tratados bilaterais sobre investimentos. Trata-se do mecanismo utilizado atualmente pelas transnacionais para obrigar judicialmente os governos cumprirem esses tratados.

(1969), com a expulsão do país da firma estadunidense Gulf Oil, sendo a medida ratificada pelo governo Torres (1970-1971). Por seu turno, este último governo nacionaliza também outra firma estadunidense, a Matilde Mines Corp. As duas firmas estrangeiras são nacionalizadas sem indenização. Contudo, estas passam imediatamente a retaliar o Estado boliviano de duas maneiras: financiam a derrubada do governo Torres, em 1971, com o golpe Estado perpetrado pelos militares de direita (setor banzerista), e recorrem a um tribunal internacional para obrigar o governo boliviano a pagar indenização extorsiva (sobrefaturada). A ditadura banzerista (1971-1978) reverte o processo de nacionalização e paga indenização sobrefaturada; e tais firmas voltam ao país com o outro nome. O número de firmas estrangeiras do setor petrolífero que passam a operar no país chega a 15, das quais mais de 10 eram estadunidenses. Vemos assim que há um retorno ao processo de desnacionalização, desta vez mais acelerado, sendo também acelerado o processo de pilhagem (exportação) do petróleo boliviano. Em menos de oito anos as reservas petrolíferas são esvaziadas e saqueadas pelo capital estrangeiro e o país torna-se um importador de petróleo. A estatal petrolífera boliviana chega à falência por volta de 1975-1976, tendo a COMIBOL a mesma sorte no final dessa década.

A intervenção da Gulf, corroborada pelos grandes bancos americanos, acelerou a falência da empresa petrolífera estatal boliviana. Conforme o acordo entre o governo e a Gulf, em 1972, a YPFB devia reservar entre 50% e 54% do total das suas divisas provenientes das suas exportações no período 1974-78, as quais eram canalizadas a um fundo fiduciário administrado pelo FNCB (First National City Bank). O Bank of America Trust and Saving Association intervém dando o golpe de graça: passa a controlar praticamente o resto da renda da YPFB proveniente da exportação de petróleo, retendo-a em fideicomisso para pagar empréstimos externos contraídos para construir e ampliar as refinarias locais⁷.

Essa situação pode ser explicada por um tipo de política de Estado implementada a longo prazo. Ao contrário das expectativas negativas do capital estrangeiro e dos Estados Unidos, que espalharam o medo da experiência boliviana de

⁷ A dívida interna e externa contraída pela estatal boliviana, no período 1971-1979 chegou a 515 milhões de dólares, mais alta que a da COMIBOL, clara expressão do desfalque das empresas estatais, da acumulação acelerada de capital público pela burguesia de Estado e da pressão permanente do capital estrangeiro para liquidar as empresas estatizadas (MORTIMORE, 1981).

nacionalização, o Estado boliviano formado em 1952 não apenas protegeu esse setor, mas também contribuiu amplamente com a expansão e consolidação das firmas autodenominadas médias, ocultando sua condição de grandes firmas estrangeiras. Isso foi viabilizado de duas maneiras. Por um lado, depois do surto nacionalizador, o próprio Estado implementa uma política de desnacionalização progressiva⁸ com o intuito de impedir um novo surto de nacionalizações para proteger o capital estrangeiro e cumprir os acordos com as instituições financeiras internacionais. Por outro, o Estado implementa uma política de liberalização e abertura econômica a médio e longo prazos com o objetivo de valorizar o capital privado (nacional e estrangeiro): isenções de impostos, subsídios e empréstimos com fundo perdido, utilização da infra-estrutura estatal a serviço das firmas privadas, numa palavra, aquilo que denominamos transferência de capital público ao setor privado. As novas frações burguesas (de Estado, mineira e agroindustrial) acumulam capital oriundo do setor público, o que se patenteia na falência das principais empresas estatais e autárquicas (YPFB, COMIBOL, Vinto, e depois as Corporações regionais de desenvolvimento etc.). Porém, a maior parte da acumulação (a maior parte do “bolo”) concentra-se nas mãos das firmas monopolistas estrangeiras. O Estado, então, incentiva a criação de novas frações de classe burguesa, neste caso a nova burguesia mineira e consolida a sua dependência diante do grande capital estrangeiro, que opera nos setores de mineração e petróleo. Paradoxalmente, essa fração burguesa criada “pelo alto” não reconhece sua origem e, aliada ao capital estadunidense, contribui com a derrubada do regime do MNR em 1964.

Vejamos agora outro aspecto: a política agrária e camponesa. O tipo de desenvolvimento capitalista dependente com base na economia de enclave mineiro encetado pelo regime nacionalista do MNR serviria para alavancar uma industrialização com baixo índice de diversificação econômica e financeira a dinamização de

⁸ Existiu pressão constante do capital estadunidense através dos funcionários estatais desse país que participavam de comissões de ajuda ao governo do MNR (elaboração de relatórios, planos econômicos e de desenvolvimento: Mervin Bohan elaborou o relatório sobre a região de Santa Cruz e o Plano Bohan de 1956) com o fim de bloquear o processo de nacionalização da economia boliviana; ou inversamente, possibilitar a abertura dessa economia obrigando o Estado boliviano a instaurar um processo de desnacionalização. Lora (1996) teve o mérito de detectar esse processo de desnacionalização depois de 1952. Conforme sustenta Blasier (1971, p.90), logo após a revolução de 1952, os Estados Unidos exerceram sua decisiva influência para “engendrar na Bolívia um clima favorável para o capital estrangeiro” (leia-se, capital estadunidense) como meio de promoção eficaz do “desenvolvimento econômico e como impedimento à expansão das empresas públicas”.

um capitalismo agrário *sui generis* através da Reforma Agrária de 1953. No momento, esse era o sentido histórico da “marcha para o leste” (principalmente rumo ao abandonado departamento de Santa Cruz onde se encontram as melhores terras baixas para cultivo e criação de gado) implementada pelos governos do MNR até 1964 e retomadas pelos governos militares até 1982. Nesse sentido, a reforma agrária boliviana não significou outra coisa senão a outorga de minifúndios (entre 3 e 10 hectares) pelo Estado para o campesinato pobre em geral nas terras altas e semi-altas e tinha a finalidade de assegurar a lealdade política dessa classe social. Apesar de o Estado ter aplicado um decreto que visava libertar o campesinato pobre das relações de servidão que vigoravam no campo (denominado *pongeaje*, um tipo de colonato), essas relações sociais não foram eliminadas completamente, predominando pelo menos até a década de 1980. Desse modo, houve a predominância da economia camponesa de subsistência, que conviveu com nichos agrícolas nos quais vigorou o trabalho assalariado e semi-assalariado do campesinato pobre e sem terra, reforçando a crescente desigualdade social e a pauperização no campo boliviano.

Ao mesmo tempo, a reforma agrária legalizava e protegia a grande e média propriedade fundiária, sobretudo, da região leste do país, bem como implementava uma política agrária com financiamento a fundo perdido e com subsídios estatais para as empresas das frações de classe dominante locais, possibilitando assim um processo contínuo de concentração de terras. Diferentemente do caso brasileiro ou argentino, a política de substituição de importações na Bolívia parece ter tido seu “equivalente” na substituição de alimentos (produção de grãos, gado e outros produtos para a agroindústria – açúcar, álcool, óleo de soja), em benefício dos médios e grandes latifundiários e da burguesia agroindustrial da região de Santa Cruz. Trata-se de uma política estatal de longo prazo que teve o sentido de transformação “pelo alto” do “junker boliviano” e que, paradoxalmente, as frações de classe dominante articuladas a este setor não reconhecem e passam a combater⁹.

⁹ Em relação às duas frações de burguesia interior bolivianas (nova burguesia mineira e a burguesia agroindustrial de Santa Cruz) dissemos que não reconhecem sua origem de classe, que foram criadas pelo Estado boliviano (“pelo alto”): nos referimos à crise do populismo tradicional. Trata-se do fenômeno político seguinte: o nacionalismo, que se empenha em criar, sem êxito, uma “burguesia nacional” e se apresenta como o representante dos interesses universais da burguesia nativa, é rejeitado por esta; e na radicalização do nacionalismo, converte-se no veículo da expressão política concreta

Em suma, a Revolução Nacional de 1952 teve um caráter nacionalista burguês e o processo de nacionalização instaurado reflete esse caráter e não contraria, no fundamental, um processo de liberalização da economia (desnacionalização, abertura econômica) com o fim de favorecer o capitalismo privado. Assim, essa revolução viabilizou um tipo de desenvolvimento capitalista dependente retardatário, muito mais lento e conflituoso que o resto dos países sul-americanos, e instaurou, por outro lado, um processo de desnacionalização da economia boliviana pautado pela transferência de capital público ao setor privado e que possibilitou a acumulação acelerada de capital aos setores monopolistas estrangeiros pela via da espoliação dos principais produtos de exportação do país. O que acabou redundando na consolidação da reprodução do padrão econômico mineiro-extrativo e agrário-camponês na Bolívia.

O processo de desnacionalização inicia-se logo após o decreto da nacionalização (1952), se consolida em 1956 e se expande em 1963-1964. Com exceção do período 1969-1971, os governos militares de direita aceleram tal processo até 1982. O primeiro governo pós-ditadura militar tenta sem êxito atenuar e reverter o processo de desnacionalização, porém o Estado está em franca falência, entrando em colapso em 1985, completando-se assim o longo processo de desnacionalização e dando início ao processo de privatização neoliberal.

A revolução nacional democrático-indigenista de 2006

Qual é a natureza das mudanças estruturais conduzidas pelo governo Morales e pelo MAS até o momento? Será que estamos diante de uma nova revolução nacional, completamente diferente da Revolução Nacional de 1952? Ou então, trata-se de duas revoluções complementares? Será que a última faz parte do processo revolucionário iniciado em 1952 e se configura como sua segunda etapa? Consideramos que essa problemática deve ser analisada com base no primado das transformações sócio-históricas de longo prazo. Para tanto, partimos da hipótese segundo a qual as duas revoluções têm um caráter nacionalista

da ascensão do movimento operário, provocando não unicamente a rejeição, mas o seu combate pela burguesia nativa. Esse fenômeno foi designado como o paradoxo aparente do nacionalismo (SAES, 1985, p.120-121).

burguês, estando comprometidas, a seu modo, com uma variante de desenvolvimento capitalista dependente com forte intervenção do Estado (um tipo de capitalismo de Estado). O caráter diferencial da última revolução estaria no seu aspecto democratizante e indigenista.

Em 2006, o país está praticamente à beira do colapso econômico, com profunda desigualdade social, alto índice de desemprego e informalidade, crescente pauperização, amplo descontentamento das massas populares urbanas e camponesa-indígena diante do abuso das empresas privadas prestadoras de serviços públicos e da pilhagem dos recursos energéticos pelo capital estrangeiro, em consonância com os governos de turno, alto índice de instabilidade política e convulsão social causadas por 20 anos de políticas estatais neoliberais (1985-2005). Em síntese, trata-se da crise do Estado neoliberal e do capitalismo privado instaurado nesse período, e que começaram a entrar em colapso com a “guerra da água” (2000) e “a guerra do gás” (2003), dinamizadas pela luta antineoliberal das massas populares e indígenas. A revolta das massas populares demonstra uma etapa acelerada e radical do processo de aprofundamento do desmantelamento do Estado com a política de privatizações, desregulamentação do padrão de intervenção do Estado e de extrema abertura econômica.

No plano político e institucional, os partidos políticos neoliberais se revezavam periodicamente no poder favorecendo os interesses de setores minoritários (burocracia estatal, empresários e capital estrangeiro espoliador), excluindo a maioria social. A democracia neoliberal entra em colapso: funciona com baixo índice de participação e os partidos não conseguem representar os interesses das maiorias empobrecidas, um índice significativo da crise de representação e de organização partidária neoliberal. As reivindicações das grandes massas populares por melhores condições de vida e pela reprodução da força de trabalho se exercem fora do sistema político-partidário: as massas populares pressionam diretamente o Estado para que atenda suas reivindicações e este contesta com repressão e violência, aprofundando a crise de representação partidária, da democracia neoliberal e da crise do Estado.

Em outros termos, a crise do Estado e da democracia neoliberal configuraria uma crise de hegemonia no seio do

bloco no poder¹⁰, que repercuta notavelmente no aparelho de Estado e no sistema político-partidário vigente, bem como em toda a formação social boliviana (crise nacional). E a crise de hegemonia presente denotaria uma tendência de desarranjo interno no sistema hegemônico de interesses monopolistas que vigorou no período neoliberal. Isso expressar-se-ia pela perda da preponderância política dos interesses monopolistas dominantes, que era dirigido pelo capital financeiro internacional. As frações burguesas nativas aliadas compartilhavam com esse capital – a título de condomínio, porém não dirigente – a hegemonia política através da articulação de três segmentos monopolistas: o capital mineiro, o capital agroindustrial e o capital bancário privado nacional. Com a ascensão do MAS ao poder governamental, o bloco no poder tende a apresentar um caráter altamente movediço, denotando uma situação de instabilidade hegemônica, uma desorganização da correlação de força das classes presentes em luta que tende a favorecer a constituição da burocracia estatal como força social. Neste quadro, a burocracia do Estado, liderada pela pequena burguesia e pelas camadas médias (oriundas de setores indígenas ou não) articuladas ao MAS e amplamente apoiada pelos movimentos populares (indígena, camponês e urbanos), tenta conduzir um processo de transformação do país pela via democrática com base na nacionalização do gás e petróleo, pela reforma agrária, pela inserção das massas indígenas e pela elaboração de uma nova carta constitucional (Assembléia Constituinte), aspectos reivindicatórios cruciais do movimento popular antineoliberal que foram integrados na plataforma programática do MAS.

Nesse quadro político é que devemos entender o governo Morales e os conflitos e contradições entre este e a oposição autonomista. As mudanças em curso na Bolívia sob esse governo seriam, direta ou indiretamente, o resultado de um processo de luta radicalizada pelos movimentos populares urbano e camponês-indígena contra os últimos governos neoliberais. A inédita vitória eleitoral de 2005 mostraria que o MAS conseguiu canalizar as expectativas das massas populares descontentes com o regime neoliberal, em franca crise, e dirigir o movimento de massas antineoliberal que tinha como bandeira de luta a

¹⁰ Crise de hegemonia definida por Poulantzas (1968) na obra *Pouvoir politic et classes sociales* e por Saes (2001) em *República do Capital*. Na análise do caso boliviano sob o governo Morales, nossas hipóteses são indicativas, ou seja, de caráter provisório.

democracia participativa, a recuperação dos recursos energéticos do país com a consignas da nacionalização, da reforma agrária e da redistribuição mais justa e igual da renda petrolífera para a maioria social. Um balanço crítico do governo Morales deverá mostrar se de fato isso ocorreu.

Depois de dois anos do governo do MAS, mudanças gerais nos planos socioeconômico e político realizadas pelo governo ainda provocam uma grande expectativa para a maioria social, ao mesmo tempo em que geram desconfiança, conflito e incerteza para setores das classes médias, das chamadas “oligarquias” regionais e do capital estrangeiro. Para os nossos propósitos, analisaremos rapidamente as principais mudanças estruturais e político-institucional levadas a cabo pelo governo do MAS.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que o importante processo de mudança que vive atualmente o país tem um duplo caráter. No âmbito sociopolítico e cultural, estaria ocorrendo uma “irrupção” das grandes maiorias sociais, uma “revolução” de tipo multiétnica, multicultural, plurinacional e democrática, mais igualitária, com mais justiça e com inclusão social. No âmbito econômico, existe uma luta intensa entre a maioria social expressiva e a minoria social regional pela redistribuição da renda nacional e a alocação de recursos públicos oriundos das principais matérias primas (gás, petróleo e minérios). Uma significativa parte da maioria social, os camponeses e indígenas, foi cronicamente excluída do sistema político e dos benefícios da renda nacional. Já a minoria social monopolizou os benefícios da principal riqueza nacional e tradicionalmente controlou os aparelhos de Estado nos níveis central, estadual, municipal e regional. A “explosão social”, com múltiplos mecanismos de pressão sociopolítica levada a cabo por setores alinhados tanto ao governo do MAS quanto à oposição nos planos local, estadual e nacional (greves, marchas, manifestações, paralisações, bloqueio de rodovias, reuniões massivas em praça pública etc.), pode ser explicada a partir das reivindicações redistributivas.

Na interpretação do governo Morales e do MAS, estaria ocorrendo na Bolívia uma profunda “revolução democrática” e o início do desenvolvimento do “capitalismo andino/amazônico” com a intervenção decisiva do Estado, tendo este recuperado sua soberania depois de um longo período de governos neoliberais. Trata-se de uma revolução democrática nacionalista semelhante à ocorrida em 1952, porém mais abrangente que esta ao inserir a

massa indígena no sistema político e ao ter ampliado formalmente a cidadania e a igualdade política, social e jurídica com justiça¹¹.

Em segundo lugar, as mudanças socioeconômicas e políticas revelam traços neopopulistas do governo Morales (este é um aspecto polêmico no âmbito acadêmico). Lembremos que o regime do MNR se caracterizou, por um lado, pela integração das massas trabalhadoras e dos setores do campesinato ao sistema político, com a outorga de uma legislação trabalhista favorável, ao mesmo tempo em que controlou o sindicalismo; por outro, implementou uma política nacional-desenvolvimentista com forte controle do Estado, viabilizando assim uma modalidade de capitalismo de Estado de tipo periférico. O que implicava a reconquista da soberania nacional e, por conseguinte, a recuperação dos recursos naturais articulada a uma política de nacionalização. No seu empenho de integrar/controlar as massas trabalhadoras e camponesas, os governos do MNR utilizaram mecanismos clientelistas para assegurar voto e lealdade política ao regime (distribuição de terras e redistribuição direcionada e desigual da renda estatal para os principais setores demandantes de recursos), mecanismos esses que eram legitimados pela ideologia movimentista/nacionalista (o nacionalismo revolucionário).

Uma análise das políticas estatais do governo Morales detecta traços da prática de uma política neopopulista semelhante à praticada pelo MNR em dois aspectos: 1) na inculcação de uma ideologia movimentista/socialista, uma variante de ideologia movimentista/nacionalista tradicional: o socialismo, então, deve ser entendido na sua acepção social-democrata de cunho nacionalista; e 2) na retomada do tripé da política nacionalista do MNR que funcionou com uma lógica redistributivista com fins clientelista e eleitoreiro: nacionalização, Reforma Agrária e sufrágio universal. A despeito da importância dessa política e de seus relativos avanços ocorridos sob o governo Morales, num país em que tais problemas se mantêm ao longo do tempo, destacaremos rapidamente os elementos que nos parecem mais importantes.

Não podemos aqui reconstituir o contexto político da luta antineoliberal das massas populares e indígenas e da emergência

¹¹ Para Morales, trata-se de uma revolução também na esfera do direito. “Necessitamos justiça, queremos justiça, a justiça não pode ser negócio; com os câmbios estamos descolonizando a justiça para nacionalizar o direito, seria importante nesse contexto que as decisões sobre demandas não sejam políticas mas jurídicas, que de verdade façamos justiça, que não se faça justiça olhando o sobrenome ou a cor da pele” (ROJAS, 2007).

dos novos partidos políticos (MAS E MIP) ao longo dos governos neoliberais instaurados na Bolívia desde 1985. Para os nossos propósitos, nos limitaremos a fazer algumas observações pontuais sobre o caráter do partido que dirige a chamada “revolução democrática”: o Movimiento al Socialismo (MAS).

Nascido no seio da principal organização camponesa da Bolívia (CSUTCB), e articulado com os sindicatos de trabalhadores camponeses plantadores de coca da região do Chapare, o MAS conseguiu se constituir num partido moderno de massas de caráter indigenista que tenta representar os diversos setores do movimentos populares bolivianos. Nos seus aspectos gerais, existiria uma semelhança com o partido pequeno burguês do MNR dos anos 1940 e 1950. No que toca a seu caráter de classe, o MAS se diferencia do MNR em relação a sua origem camponesa; porém se assemelha a este no que se refere a sua composição pequena burguesa e a seu caráter supra-classista: apelo a todas as classes sociais com forte ideologia nacionalista e de recuperação da soberania do país – o traço distintivo do MAS seria seu apelo ideológico indigenista, ou seja, uma redefinição do conceito nacional com base no caráter indígena e camponês: a recuperação da soberania indígena¹². Se a Revolução Nacional de 1952, dirigida pelo MNR, inseriu o proletariado mineiro e a massa trabalhadora urbana no sistema político, a “revolução democrática” em curso direcionada pelo MAS insere a massa indígena e camponesa no sistema político vigente.

A liderança do MAS estaria composta essencialmente por dois grupos sociais: um grupo majoritário de origem predominantemente camponês aymara, oriundo das regiões do altiplano (La Paz, Oruro, Potosi) e recrutado dos sindicatos cocaleros da região do Chapare; outro grupo, predominantemente pequeno burguês, de origem índia, mestiça ou branca, cujos integrantes monopolizam os principais cargos do executivo e do aparelho de Estado (intelectuais nacionalistas, indigenistas etc., como A. García Linera, Choquehuanca, Lazarte, Quintanilla etc.). O partido centra-se na figura de Morales que aglutina os dois segmentos e as principais facções ou tendências no interior do partido (indigenistas aymara e quéchua, camponeses cocaleros, comerciantes a varejo, etc.). A influência de Morales na organização do partido é grande, dando a impressão de um

¹² Não por acaso o traço distintivo do partido de Morales é a luta pela soberania dos povos: *Movimiento al Socialismo – Instrumento Político pela Soberania dos Povos*.

partido personalista, burocratizado e hierarquizado, que reforça e reproduz relações de dependência das massas camponesas diante do líder (REGALSKY, 2007). Neste aspecto, a diferença do papel exercido pelo líder do MNR (Estenssoro) e Morales do MAS é mínima. Por outro lado, o processo de burocratização do partido se acentua quando o partido conquista o aparelho governamental: as diretrizes políticas tendem a ser determinadas não pelas bases, mas, sobretudo, pelo grupo de técnicos e intelectuais que comanda a hierarquia do aparelho do Estado¹³.

Trata-se de uma nova liderança política de origem indígena-camponesa e pequeno burguesa que pode ser caracterizada como uma nova elite que comanda o processo de mudança socioeconômica e política no país. Conforme sustentou o próprio García Linera (2007), sociólogo e atual vice-presidente da Bolívia, essa nova elite estaria compartilhando o poder político com a elite tradicional de origem branca que sempre monopolizou o aparelho de Estado em seus diversos níveis. Para García Linera (2007), seria de vital importância que as elites tradicionais reconhecessem esta nova liderança e a participação política dos setores majoritários (camponês-indígena) na vida política nacional. Ao mesmo tempo, a nova elite reconhece o poder político das chamadas “oligarquias” regionais, principalmente a de Santa Cruz, devido a seu papel importante no desenvolvimento capitalista na região e seu impacto no resto do país.

Outro elemento importante é a proposição do MAS de uma ideologia de Estado para todas as classes sociais. O que se patenteia no empenho do partido e do governo em criar elites indígenas ou frações de classe burguesa de tipo nacional autônoma com base numa acumulação endógena e que consiga enfrentar o capital estrangeiro, ao estilo das burguesias européias do século XX. É nesse sentido que se deveria entender o resgate

¹³ Em relação ao Exército, o governo do MAS conseguiu apoio significativo da hierarquia militar, mesmo que nos primeiros meses do governo de Evo Morales as relações tenderam a ser ásperas (julgamento de oficiais responsáveis pelos massacres de 2003, armas e mísseis chineses e a negação de leis especiais para oficiais estadunidenses e a negação de bases militares dos Estados Unidos no país). A mudança na postura dos militares foi obtida através de uma política de concessões econômicas (aumento de relativo de salários) e sociais, sobretudo, o aumento do orçamento com base na renda petrolífera para reorganizar e modernizar o Exército (redefinição de seu papel coadjuvante no desenvolvimento do país). A prova crucial do apoio e lealdade da instituição castrense ao governo, a nosso ver, ficou demonstrada na grande parada “*indígena campesina, cívico y popular*” realizada em Santa Cruz de la Sierra (07/08/07), sede da oposição autonomista (uma demonstração de forças diante desta), por ocasião do aniversário do Exército em agosto de 2007: o governo conseguiu reunir representantes de todas as nações indígenas do país (mais de 30) para participar do desfile da parada militar junto com o Exército. Ver: “*Morales califica como histórica la Parada Militar en Santa Cruz*” (2007).

e a defesa da soberania do país. Neste ponto, a semelhança do MAS com o partido pequeno burguês dos anos 1950 e com os militares reformistas do período 1969-1971 (Ovando e Torres) salta à vista: no caso do MNR, pela proposição, por parte das categorias sociais do Estado (militares e intelectuais nacionalistas), de criar uma burguesia nacional “pelo alto” (o Estado de 1952 criou a nova burguesia mineira e a burguesia agroindustrial do leste); no segundo caso, diante do fracasso do papel dessas burguesias na transformação do país, pelo reconhecimento de que caberia aos militares nacionalistas desencadear essa transformação (o que se consubstanciou durante os governos militares nacionalistas)¹⁴.

No que toca à ideologia e ao programa político do MAS, percebemos elementos reciclados do programa político da social-democracia na vertente da Internacional Socialista defendida por Willi Brant nos anos de 1970 e 1980, bem como aspectos neopopulistas que remetem à política implementada pelo regime do MNR nos anos 1950 e 1960 (movimientismo nacionalista ou nacionalismo revolucionário). Uma análise do programa político do MAS e, sobretudo, da política praticada pelo governo até o momento, revela que o socialismo defendido é uma variante terceiro-mundista um tanto radicalizada da social-democracia européia. O programa sofre influência política e ideológica de setores da sociedade que valorizam bastante a ação espontânea dos movimentos sociais, bem como a influência de alguns traços do programa de reformas “não reformistas” defendido pelos partidos comunistas europeus (chamados de eurocomunistas) nos anos 1970, que visava transformar a sociedade capitalista pela via democrática¹⁵.

Em síntese, a plataforma programática do MAS não rompe com o capitalismo nem com o Estado burguês. Ao contrário, defende a sua reprodução ajustando-os às condições do país: a expansão da reprodução das relações sociais capitalistas,

¹⁴ Trata-se do *Mandato de las Fuerzas Armadas* (1969) do governo Ovando que propõe uma “ideologia de Estado” às massas populares e ao conjunto da sociedade: a retomada da Revolução Nacional. O que significava recuperar a soberania do Estado e reiniciar o processo de nacionalização da economia, dois aspectos da mesma política de defesa do país diante dos grandes monopólios estrangeiros; na ausência de uma burguesia industrial ou nacional, o processo revolucionário deveria ser dirigido pelos militares nacionalistas. Contudo, a ambigüidade e a contradição do nacionalismo reformista no período expressaram o empenho em reintegrar às massas populares e, ao mesmo tempo, impedir uma mobilização revolucionária como se dera em 1952, sendo incapaz de deter a franca ascensão política do proletariado.

¹⁵ A nosso ver, essas seriam as influências ideológicas principais. Evidentemente, as influências são múltiplas e variadas, oriundas tanto da tradição nacional como de correntes, como a defendida atualmente por Negri e Holloway, que pretendem transformar sem tomar o poder.

naquilo que os líderes do MAS denominam “capitalismo andino/amazônico”. Portanto, a socialização dos meios de produção e a destruição do Estado burguês estão afastados da “revolução democrática” nacionalista efetuada pelo MAS e pelo governo Morales. O aspecto mais marcante das transformações estaria na tentativa de viabilização de um Estado neodesenvolvimentista com traços de um capitalismo de Estado de tipo dependente, semelhante ao da Venezuela.

Embora tenha se consolidado como um partido antineoliberal na eleição presidencial de 2002, foi nas jornadas de 2003-2005 que o MAS se constituiu como a principal força político-partidária com amplo apoio das massas populares e de setores médios capaz de conquistar o poder governamental. Conseguiu fazer suas as consignas das ruas e, sobretudo, capitalizar as principais reivindicações e expectativas das massas nos grandes levantes populares do período. Dissemos capitalizar, por ter integrado tais reivindicações na sua plataforma política e por ter conseguido impor a estratégia eleitoral como a principal forma de obter essas reivindicações e como o único caminho que possibilitaria um processo de mudanças de cunho reformador.

Sabe-se que o MAS era um dos atores presentes na luta de 2003, dentre a múltipla variedade de atores, setores e organizações populares. O que queremos salientar é que ele conseguiu se impor como força eleitoral depois da “guerra do gás”: a força motora desse processo foi a massa popular radicalizada, dirigida basicamente pelo CGC (Comando Geral Comunitário), integrada pela COR (Central Obrera Regional) e as organização de moradores da cidade de El Alto de La Paz (FEJUVE – Federación de Juntas Vecinales) e a FSUTCB. Estes setores, junto com os trabalhadores mineiros (FSTMB) e a COB defendiam a radicalização do processo de luta e tomar o poder; ou então colocar as condições necessárias para a instauração de um governo popular (pelo menos semelhante ao da Assembléia Popular de 1971 ou ao da Venezuela sob o governo Chaves). O MAS rejeitou essa estratégia e a combateu defendendo uma solução da crise política pela via da não ruptura institucional – isto é, uma solução negociada (por cima) com as principais forças político-partidárias tradicionais que passaram a defender a renúncia de Lozada e a ascensão de Mesa à presidência¹⁶.

¹⁶ Foi emblemática a presença de Morales e Mesa (vice-presidente) no palanque na multitudinária concentração em La Paz depois da renúncia de Lozada. A COB passou à oposição do MAS em 2005.

Isso não é novidade, pois no contexto de um processo revolucionário, ou de luta de massas, a história mostra que um partido político ou um grupo social podem se aproveitar das ambigüidades e contradições do movimento popular para capitalizá-lo com o fim de impor seus interesses particulares e imprimir um rumo diverso do iniciado pelas massas radicalizadas. Para ficarmos com o caso boliviano, isso ocorreu na Revolução de 1952: as massas trabalhadoras urbanas, lideradas pelo proletariado mineiro, constituíram-se como força motora da revolução, porém este perdeu a direção política do processo para o partido pequeno burguês, o MNR, que se apropriou de suas consignas e implementou seu programa político (a revolução nacionalista). Outro exemplo semelhante ocorreu na conjuntura de 1979-1980: diante da luta unificada das massas camponesas e das classes trabalhadoras urbanas, sob o comando do proletariado mineiro, contra o regime militar, a direção da COB se colocou como um muro de contenção diante das massas radicalizadas, impondo sua derrota e adiando tragicamente a liquidação do regime até 1982.

No período pós-2005 e com a ascensão do MAS ao poder governamental, o país estaria atravessando uma situação semelhante (evidentemente, guardando as devidas diferenças e proporções). O partido indigenista e pequeno burguês do MAS continua empenhado em levar a cabo sua “revolução democrática”, fazendo concessões políticas aos setores dominantes conservadores que dominam o país (as “oligarquias” regionais autonomistas, as frações de capital nacional dominante, o capital estrangeiro etc.). Trata-se daquilo que no jargão boliviano chama-se “concertación” (acordo ou pacto político) e ganha um sentido significativo nas reiteradas afirmações de Morales depois de se tornar presidente: “mandar obedecendo”. Mais especificamente, a estratégia do pacto político praticada pela liderança do governo do MAS parece estar sendo ideologicamente justificada por García Linera (2007)¹⁷. Nos seus aspectos essenciais, García Linera (2007) sustenta a tese segundo a qual qualquer tipo de transformação atual no país seria praticamente impossível sem a presença da “oligarquia” de Santa Cruz, uma classe burguesa modernizada

Escapa a nossos objetivos fazer aqui um balanço sobre o papel da COB no período neoliberal e pós-2000-2005, principalmente no período aberto pelo governo Morales.

¹⁷ García Linera, sociólogo e ex-guerrilheiro, é um dos discípulos mais importantes de R. Zavaleta. Escreveu vários livros, um deles junto com F. García intitulado *Razón de Estado y el empate histórico boliviano* (GARCÍA; GARCÍA LINERA, 1993). Na sua intervenção no Parlamento boliviano em 22 de janeiro de 2007, Linera justificou sua teoria do “empate histórico” e “empate catastrófico”.

e associada com o capital estrangeiro que estaria empenhada no desenvolvimento da região e que teria grande influência no país, principalmente na região leste. Portanto, a revolução democrática e popular emanada, sobretudo, dos indígenas e camponeses deve – segundo García Linera, conforme já mencionado – compartilhar o poder com aquela elite regional para levar adiante e concretizar tal revolução. Não se trata, portanto, de uma revolução socialista, pois não estariam dadas no país as condições para esse tipo de revolução. Porém do desenvolvimento do “capitalismo andino/amazônico”.

Estará aí justificada política e ideologicamente a estratégia de transformação do governo do MAS e o papel que deveriam jogar as duas partes “detentoras” do poder no país: a elite indígena/pequeno burguesa e a elite regional. Uma vez reconhecido o poder dos dois grupos, e entendida a situação como de “empate histórico”, compartilhar o poder seria, portanto, pactuar. Todavia, no terreno da prática política concreta dos atores em luta, uma análise crítica do processo político boliviano e da política estatal implementada pelo governo Morales revela que as transformações gerais de cunho reformista, através da Assembléia Constituinte, nacionalização, Reforma Agrária e da política externa, seguem a lógica da estratégia do pacto democrático imposto pela liderança do MAS desde o início do governo. O exemplo mais conspícuo e acabado do pacto se deu na definição das regras de funcionamento da Assembléia Constituinte para aprovar a matéria constitucional (dos terços em vez de maioria simples): a outorga de um poder de veto à minoria na participação do processo de definição da nova carta constitucional, ficando o governo do MAS refém e à mercê da oposição na medida em que lhe possibilitou o bloqueio e rejeição dos assuntos cruciais, como as políticas de nacionalização, reforma agrária, a autonomia indígena e camponesa sustentadas pelos movimentos populares. O que acabou fortalecendo o movimento autonomista departamental e o aumento da desconfiança nos setores dos partidos aliados mais próximos dos movimentos populares, bem como dos setores que conformam a base social de apoio do governo (setores dos movimentos populares, sindicais, indígenas e camponeses radicalizados, alguns dos quais abandonaram o MAS e passaram à oposição)¹⁸.

¹⁸ Apesar de que amplos setores do movimento popular camponês-indígena permanecem sob a órbita de influência política e leais ao governo do MAS, alguns setores do movimento indígena abandonaram o

No seu combate ao governo, com o fim de obrigá-lo a retroceder, a oposição arremeteu contra a Assembléa Constituinte, tanto dentro como fora desta (através de pressões e manifestações de rua e no Parlamento), desqualificando seu funcionamento e seus dirigentes, bloqueando e boicotando a política governamental do MAS. O que se patenteou, por um lado, na mudança das regras de debate para aprovar a nova matéria constitucional com dois terços dos votos, e não com maioria simples defendida pelo MAS; e por outro, na imposição da capitalidade plena de Sucre para deslocar a questão essencial e tentar aniquilar a Assembléa.

Trata-se de um consenso articulado “por cima”, uma engenharia política que está sendo levada a cabo pelo governo do MAS para garantir o processo de elaboração de reforma constitucional e, no momento, está sendo implementada para executar as reformas aprovadas pela nova carta constitucional. O que significou, no primeiro momento, a instauração de um poder paralelo ao da Assembléa Constituinte com o fim de controlar e, sobretudo, alijar do processo de elaboração de reformas os setores independentes e os movimentos populares (articulados ou não ao partido governista) mais radicalizados. Nesse sentido, o acordo político teria, no mínimo, duas implicações importantes para a oposição. Por um lado, o governo Morales e o MAS são obrigados a retroceder em relação a seu programa, adotando posturas conservadoras e diminuindo sua forte influência política nos setores aliados, além de entrar em conflito e confronto com setores mais radicalizados, o que provoca um desgaste político para o governo e o partido devido à perda de credibilidade em relação à plataforma programática inicial do MAS. Por outro, os partidos da oposição (que alimentaram também o pacto político apoiando a autonomia departamental)¹⁹ passam a reconquistar certo terreno político perdido durante os governos neoliberais e recuperar certa legitimidade diante das massas populares e dos setores médios que derrubaram governos neoliberais.

A política do pacto democrático nas negociações do governo do MAS com a oposição não só repercutiu negativamente nas bases sociais de apoio do partido, principalmente em setores camponeses, indígenas e organizações urbanas; mas também tende a sepultar

MAS, como a *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia* (CIDOB), das terras baixas do leste do país, e o *Consejo Nacional de Ayllus e Markas del Qullasuyu* (CONAMAQ), do altiplano. Estes se sentiram traídos pela política de *Unidad Nacional* do governo imposta no seio da Assembléa Constituinte.

¹⁹ Confira “*Los partidos dan garantías a la autonomía departamental*” (2007).

o exercício de uma democracia participativa direta *sui generis* que estava se gestando e aprofundando sem a intermediação das organizações político-partidárias tradicionais. O MAS estaria, então, tentando controlar e neutralizar os movimentos populares e sindicais colocando-se como um muro de contenção diante das massas radicalizadas, preferindo as organizações político-partidárias no seio da Assembléia e excluindo as organizações representativas dos movimentos populares²⁰. Todavia, o governo começou a privilegiar os órgãos colegiados e técnicos de decisão para solucionar as crises políticas conjunturais em detrimento da principal instância democrática (a Assembléia Constituinte), sepultando a democracia participativa, com isso teria ocorrido o deslocamento das decisões para o Parlamento, para instâncias interinstitucionais e partidárias articuladas à oposição (comitês cívicos, comissão de unificação do país, etc.) e, sobretudo, para o Executivo, ajustando-se assim ao padrão da democracia representativa que vigorou nos governos neoliberais.

À luz desse contexto, vejamos agora os principais elementos de mudança em relação ao tripé da política estatal que até o momento está sendo implementada: Assembléia Constituinte, nacionalização e Reforma Agrária.

Quanto à Assembléia Constituinte, que está trabalhando na elaboração de uma nova carta constitucional com base nas reivindicações das massas populares e indígenas, não se pode subestimar o impacto da oposição autonomista em sua pretensão de obstruir este processo (o que pode ser atestado pelo conflito em torno da capitalidade plena de Sucre). Nos dois anos do governo Morales, e praticamente em todo o período de funcionamento da Assembléia Constituinte (até o momento), o maior conflito desencadeado pela reforma constitucional se trava em torno da autonomia social, dinamizada pelos camponeses e indígenas (maioria social expressiva), e a autonomia departamental, dinamizada pelos chamados Comitês Cívicos, comandados pelas "oligarquias" regionais (minorias sociais), basicamente as do departamento de Santa Cruz. Em síntese, um embate entre as autonomias indígenas e as autonomias departamentais.

²⁰ Um traço constitutivo do Estado burguês, independentemente do regime político que adote, é a instauração de uma política de organização/desorganização das classes dominadas, principalmente das classes trabalhadoras e do campesinato. O exemplo clássico é o bonapartismo francês do século XIX. As ditaduras militares latino-americanas seguiram essa tendência histórica. Porém, o exemplo mais próximo ao caso do governo Morales é o que vigorou no período do MNR no pós-1952 que adotou um processo de integração/controle das massas trabalhadoras e camponesas.

Trata-se de duas concepções de país que aparecem como antagônicas. Uma que tenta incorporar a maioria social no sistema econômico, político e cultural com outorga de direitos civis, políticos e sociais cronicamente negados, que redefine e amplia a cidadania em geral. Outra, emanada de uma minoria social autodenominada “democrática” e “moderna”, defende que somente com a autonomia de tipo departamental o país poderia conquistar um desenvolvimento econômico e social de cunho modernizador e auto-sustentado. Na concepção dessas minorias, o principal pressuposto de tal desenvolvimento seria a proteção da propriedade privada e o investimento do capital estrangeiro. Seu objetivo principal seria o de tentar conter o avanço político da maioria (composta por camponês-indígenas e pela população pobre das cidades), que estaria sendo impulsionada (segundo o discurso das minorias) aberta e declaradamente pelo governo do MAS para invadir e destruir a propriedade privada e criar um ambiente de desobediência civil, colocando em perigo o “Estado de direito” – isto é, a ameaça de destruição do grande latifúndio. Através de um discurso autonomista incendiado e racista contra as massas indígenas e contra o governo, tais minorias proprietárias conseguiram manipular as classes médias e as massas populares urbanas pauperizadas, atraindo-as para a sua esfera de influência política. O que lhes permitiu instrumentalizar um poder contestatório diante do governo central e um poder de barganha contra o projeto de país impulsionado pelo governo do MAS.

A crise política de agosto de 2007 (a inclusão do tema da capitalidade plena da cidade de Sucre pelas oligarquias autonomistas, que provocou a paralisação da Assembléia Constituinte) demonstra uma situação carregada de grande incerteza e da ameaça da separação de fato dos departamentos autonomistas, que pode abrir um período de confronto político direto e desencadear ações com níveis expressivos de violência. Entretanto, a solução da crise parece tomar o rumo de uma saída pactuada entre governo e oposição.

Já a nacionalização do gás e do petróleo implementada pelo governo Morales tem o caráter de uma “nacionalização branca”: mesmo ressuscitando a empresa petrolífera estatal (YPFB) e anunciando a associação (criação de empresas mistas ou de tipo joint ventures) com o capital estrangeiro com controle majoritário relativo e formal das ações pelo Estado, este apenas recupera

o solo e o subsolo (propriedade jurídica) e aumenta o imposto relativo, mantendo intacto o essencial do negócio nas mãos das transnacionais petrolíferas que operam no país com investimento mínimo: o monopólio da extração, prospecção e, sobretudo, da comercialização. Nenhuma das firmas transnacionais que opera no setor foi embora do país depois do decreto de nacionalização. Inclusive, no seu discurso ideológico, tais firmas sinalizaram o aumento dos investimentos para 2008 quando na verdade nunca investiram além do mínimo necessário para manter em funcionamento a indústria extrativa no país²¹. Daí as deficiências e limites da política de nacionalização. Para tanto, basta mencionar os limites mais importantes.

Em vez de dar um salto qualitativo para colocar as condições necessárias da industrialização do país com base nos recursos energéticos, o governo Morales abdica desse projeto e prefere se contentar com a renda petrolífera para implementar seu projeto neodesenvolvimentista dependente e seus programas redistributivistas. Temos aqui um caso de defesa de um Estado rentista e não de um Estado produtor ou industrializador, confirmando a tendência histórica de reprodução do padrão mineiro-extrativo exportador da economia boliviana ao longo do século XX e da pilhagem acelerada dos recursos energéticos pelas transnacionais²².

Finalmente, a Reforma Agrária implementada pelo governo do MAS tem um caráter distributivista de cunho reformista e não radical. Ela serviria como um instrumento para atenuar a grande desigualdade social e a pauperização no campo boliviano, bem como para a formação de um mercado interno e a expansão da fronteira agrícola. Todavia, serviria também para corrigir a estrutura desigual da propriedade agrária implantada na reforma de 1953, caracterizada pela grande concentração de terras no leste e a existência de minifúndios na região ocidental. Denominada por Morales “Revolução Agrária”, a “Ley de Reconducción Comunitaria de la Reforma Agraria” agilizará um processo de reversão e saneamento de terras improdutivas que não cumprem

²¹ Uma análise do volume de investimento direto a longo prazo no país demonstra que é crônico o escasso investimento do capital estrangeiro nos setores extrativos, predominando a prática da pilhagem combinada com múltiplos métodos de extorsão, chantagem, boicote, punição, evasão fiscal, caixa dois e até contrabando de matéria-prima, entre outros.

²² A política mineira e petrolífera do governo Morales demonstra o acordo (pacto político) entre este o grande capital petrolífero monopolista estrangeiro (Petrobrás, Repsol, British Petroleum, Total, Oxy, etc.) para a manutenção dos contratos, concessões e privilégios leoninos em troca do aumento de impostos.

a Función Económico Social (FES), para logo redistribuí-las às comunidades, sob o controle social e vigilância dos camponeses, num programa que comportaria mecanização, ajuda técnica, empréstimos estatais e subsídios agrícolas.

A política agrária parece ser a maior fonte de grandes conflitos e contradições do governo Morales, devido à oposição cerrada dos detentores da grande e média propriedade fundiária da região de Santa Cruz contra a política governamental.

Diante desse cenário, o governo Morales tem sinalizado com a abertura e o diálogo para os setores agrários proprietários, mesmo que antes da implementação do decreto da segunda fase da reforma agrária (agosto de 2007) tal diálogo tenha fracassado. Os representantes das principais associações da grande propriedade fundiária (CONFEAGRO e CAO) se retiraram da reunião em protesto contra o tratamento favorável do governo diante dos representantes camponeses e indígenas (CSUTCB e o MST e pequenos produtores). Conforme ocorreu na primeira fase da reforma em 2006, quando o governo foi obrigado a abrir mão de seu programa inicial (não realização de uma reforma agrária clássica, radical) para tentar pacificar o campo diante uma possível deflagração de “guerra civil” desencadeada pelos proprietários fundiários, na segunda fase (2007) a política de negociação com o grande latifúndio seguiu a lógica da concertación (pacto) no âmbito político geral – isto é, o Pacto de Unidade praticado nas negociações com a oposição política e partidária em relação à Assembléia Constituinte. Por outro lado, existem dois aspectos importantes em que o governo mostra fraqueza e pré-disposição ao pacto de unidade: 1) a participação de “todas” as organizações agrárias no processo de implementação da política agrária (organizações camponesas, pequenos proprietários, incluindo as organizações do grande e médio latifúndio) oculta o fato da desigualdade de pressão diante da burocracia estatal para concretizar suas reivindicações – isto é a crônica superioridade de pressão exercida por parte das organizações agrárias proprietárias diante do Estado, que representam o poderoso setor agroindustrial exportador, dirigidas pelas “oligarquias” regionais autonomistas; 2) a legislação que determina as terras ou latifúndios produtivos e improdutivos segue critérios diversos, ambíguos e contraditórios, cuja pedra de toque está justamente no ponto que diz respeito à definição da Função Económico Social

(FES), o que possibilita o processo de maqueamento da grande e média propriedade fundiária.

O que configura uma reforma agrária de tipo branda e reformista: a distribuição quantitativa de pequenas parcelas na periferia da fronteira agrícola (terras improdutivas e de difícil acesso aos mercados agrícolas) com outorga de empréstimos governamentais de cunho leve aos pequenos produtores. Trata-se de uma nova modalidade de reforma agrária com expansão de minifúndios e proteção velada do grande latifúndio no leste do país, e que serve como instrumento de concessão econômico-social para o camponês e indígena com o fim de obter lealdade política ao regime vigente e ampliar sua base social de apóio, como se dera na primeira reforma agrária em 1953, consolidando-se tal prática ao longo dos anos 1950, 1960 e 1970 durante os governos do MNR e os governos militares. O que, a nosso ver, reforçaria a outra face do padrão econômico boliviano, predominante ao longo do século XX: o agrário-camponês. A outra face desse padrão é o mineiro-extrativo²³.

Por último, cabem algumas observações sobre o caráter da política externa implementada pelo governo Morales até o momento. Se a lógica da “concertación” aparece como um denominador comum na política interna com forte recuperação relativa da autoridade estatal em relação aos setores economicamente poderosos (grande latifúndio, setor agroexportador, grande capital monopolista estrangeiro que opera nos setores petróleo, mineração e bancos), a política externa assume uma combinação de traços do multilateralismo, reciprocidade e de negociação reorientados pela lógica da recuperação da soberania do país. Sabe-se que os regimes populistas tradicionais (1930-1964) na América Latina colocaram em prática a recuperação da soberania nacional como característica fundamental da implementação da política econômica e social do Estado, com forte intervenção deste, nos âmbitos interno e externo. No plano interno, ampla base social de apoio ao regime com a integração das massas trabalhadoras urbanas, com outorga de uma legislação trabalhista favorável a regulamentação da relação capital-trabalho, bem como a posta em prática de um tipo de industrialização nacional dependente comandada pelo Estado na ausência de uma

²³ A despeito da melhora do setor externo com preços favoráveis dos produtos de exportação no governo Morales (gás, petróleo, minérios, soja etc.), o setor que comanda a economia é o do petróleo e gás.

burguesia industrial nativa – isto é, “[...] uma política estatal de integração/controle das classes trabalhadoras, com um intervencionismo socioeconômico a serviço de um projeto de desenvolvimento capitalista nacional” (SAES, 2001, p.78)²⁴. No plano externo, utilização da prerrogativa “soberania nacional” como instrumento de barganha através da realização de um tipo de multilateralismo e da reciprocidade nas negociações diante dos países capitalistas centrais.

O governo Morales estaria seguindo mais ou menos a mesma lógica nos dois planos indicados, apesar de que não se pode caracterizar tal governo como sendo um de tipo populista tradicional, embora aspectos de sua política executada tenham apresentado traços neopopulistas: ampliação da base social de apoio com base na integração/controle dos trabalhadores camponeses e indígenas combinada com um intervencionismo socioeconômico a serviço de um projeto *sui generis* de neodesenvolvimento capitalista nacional. Isto é particularmente notório no discurso da liderança governamental e partidária, e expressa o sentido de um aspecto importante do programa do partido do governo: o resgate da soberania (Movimiento al Socialismo-Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos – MAS-IPSP). De um lado, a integração das grandes massas populares camponesas e indígenas no sistema político, viabilizando uma revolução democrática e jurídica, com justiça social e equidade – nas palavras de Morales, uma “revolução democrática cultural” ou “revolução democrática descolonizadora” e a frase emblemática endereçada ao capital estrangeiro: “necessitamos sócios e não patrões”. De outro, a colocação em prática de uma revolução nacional-popular, que tenta implantar um “capitalismo andino-amazônico” com decisiva participação do Estado no desenvolvimento capitalista, conforme sustentou García Linera (2006, 2007)²⁵.

Em suma, o Estado boliviano redefiniu sua política externa com base na participação multilateral, alinhada com a política externa praticada pelo governo Chaves na Venezuela e em parte pelo governo cubano: soberania, solidariedade e integração entre os povos latino-americanos, patenteada no Tratado de

²⁴ Afastamo-nos da caracterização corrente e predominante sobre o populismo baseada na relação “líder-massa”, entendida como pré-capitalista e pré-moderna. Sobre este assunto, consultar Saes (2001) “Populismo e neoliberalismo” na obra *República do Capital*.

²⁵ Cf. Pomeraniec e Stefanoni (2007); Rojas (2007); García Linera (2006, 2007).

Comércio entre os Povos (TCP) e enquadrada na corrente política “bolivariana”. Trata-se de uma espécie reciclada de postura latino-americanista e terceiro-mundista que surgiu com os Países Não-Alinhados no final da década de 1950 em alternativa às relações dominantes no âmbito da “Guerra Fria”. Todavia, o governo Morales imprimiu um caráter indigenista e multicultural ao funcionamento do aparelho diplomático ajustando-o ao processo de câmbio socioeconômico, político e cultural que atravessa o país no plano interno. Mudança importante em relação aos governos neoliberais, cujo corpo diplomático sempre esteve controlado pelas elites e setores médios de origem branca. O ministro das relações exteriores é aymara (David Choquehuanca) e existem vários ministros indígenas, camponeses e trabalhadores que compõem o gabinete do governo Morales.

Conclusão

Após termos analisado os aspectos essenciais das duas experiências socioeconômica e política mais importantes ocorridas na Bolívia (a Revolução de 1952 e a Revolução nacionalista democrático-indigenista de 2006) nos empenhamos em mostrar – provisoriamente – que as duas experiências revolucionárias têm, nos seus aspectos constitutivos e a despeito de suas diferenças, um caráter nacionalista democrático burguês, ainda que nossas observações tenham se baseado nos dois anos de funcionamento do governo Morales. Mesmo que o processo político da “revolução democrática” na Bolívia sob esse governo esteja em andamento e possua enorme expectativa e alto grau de incerteza, os acontecimentos históricos se encarregarão de validar ou invalidar as nossas observações. Contudo, deixemos essas questões para um debate posterior.

DURÁN GIL, Aldo. Bolivia: two nationalists revolutions?. *Perspectivas*, São Paulo, v. 33, p. 157-189, jan./jun. 2008.

■ *ABSTRACT: The comparative analysis of the National Revolution, in 1952, and the National-Democratic Revolution, in 2006, opens a theoretical path for understanding the main factors that influenced the change in the direction of the foreign policy in Bolivia. It also propitiates to question the political and social involvement*

of the polemical measures in the economic domain enacted by Evo Morales. In order to achieve this purpose, the text brings a historical context that shows the main reforms charged by the market-oriented administrations as well the following development that occurred after the Evo Morales's election. The article aims to demonstrate that those processes, in spite of their distinctive logical, are composed by the same constitutive aspects connected to a nationalist-bourgeois democratic values.

■ **KEYWORDS:** National Revolution. National democratic revolution. Evo Morales's administration. Nationalization. Foreign Policy.

Referências

BLASIER, C. The United States and the revolution. In: MALLOY, J. M.; THORN, R. S. (Ed.). *Beyond the revolution: Bolivia since 1952*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1971. p.53-110.

DURÁN GIL, A. O caráter das crises políticas durante o governo Torres e a assembléia popular na Bolívia. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX-ENGELS, 5, 2007, Campinas. *Comunicação...* Campinas: Centro de Estudos Marxistas: Universidade Estadual de Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sesao3/Aldo_Duran.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2007.

GARCIA, F; GARCÍA LINERA, A. *Razón de estado y el empate histórico boliviano: 1952-1982*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1993.

GARCÍA LINERA, A. Las élites comparten el poder. *Econoticias Bolivia*, La Paz, 28 maio 2007. Disponível em: <www.econoticiasbolivia.com>. Acesso em: 30 abr. 2008.

_____. El evismo: lo nacionalpopular en acción. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, ano VII n.19, julio 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/linera.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2007.

_____. El "capitalismo andino-amazónico". *Le Monde Dipomatique*: edición chilena, Santiago, enero 2006. Disponível em: <<http://>

www.lemondediplomatique.cl/El-capitalismo-andinoamazonico.html>. Acesso em: 30 abr. 2008.

LAVAUD, J.-P. *L'instabilité politique de l'Amérique Latine: le cas bolivien*. Paris: Editions l'Harmattan, 1991.

LORA, G. *Obras completas*. La Paz: Ediciones Masas, 1996. Tomo XIV. 1963-1964.

_____. Tesis de Pulacayo (Tesis Central de la Federación de Trabajadores Mineros de Bolivia). In: _____. *Documentos Políticos de Bolivia*. 2. ed. La Paz: Futuro, 1987. v.2, p.9-32.

_____. *Inviabilidad de la democracia*. Proletariado y nación oprimida. La Paz: Ediciones El Amauta, 1980.

LOS PARTIDOS dan garantías a la autonomía departamental. *La Razón*, La Paz, A11, 3 ago. 2007.

MORALES, E. *El Deber*. Santa Cruz de la Sierra, 8 ago. 2007. Disponível em: <www.eldeber.com.bo/2007/2007-08-08/vernotaaldia.php?id=070808120411>. Acesso em: 15 ago. 2007.

MORTIMORE, M. D. El Estado y los bancos transnacionales. Enseñanzas de la crisis boliviana de endeudamiento público externo. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.14, p.125-150, ago. 1981.

POMERANIEC, H.; STEFANONI, P. Entrevista a Evo Morales: los servicios básicos y los recursos naturales no se pueden volver a privatizar y la vida no puede ser tratada como una mercancía, eso no es negociable. *Rebelión*, 25 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=54061>>. Acesso em: 30 abr. 2008.

POULANTZAS, N. *Pouvoir politic et classes sociales*. Paris: Maspéro, 1968. 2 v.

REGALSKY, P. Bolívia na encruzilhada: o governo de Morales e a política indígena. *Revista Outubro*, São Paulo, n.15, p.45-78, 2007.

ROJAS, R. Declaraciones de Evo Morales en el aniversario de la independencia nacional: "contra las políticas del imperialismo no hay marcha atrás". *Rebelión*, 08 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=54679>>. Acesso em: 30 abr. 2008.

SAES, D. *República do capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

THEOBALD, R. On the survival of patronage in development societies. *Archives Européennes de Sociologie*, Cambridge, v.33, n.1, p.183-191, 1992.

ZAVALETA MERCADO, R. *El poder dual: problemas de la teoría del estado en América Latina*. 3. ed. La Paz: Los Amigos del Libro, 1987a.

_____. Las masas en Noviembre. In: ZAVALETA MERCADO, R. (Comp.). *Bolivia Hoy*. México: Siglo XXI, 1987b.

Fontes consultadas

ALMARAZ, S. *El poder y la caída*. 6. ed. La Paz: Los Amigos del Libro, 1993.

_____. *Requiem para una república*. 4. ed. La Paz: Los Amigos del Libro, 1988.

DURÁN GIL, A. *Estado militar e instabilidade política na Bolívia (1971-1978)*. 2003. 495 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000311497>>. Acesso em: 29 abr. 2008.

_____. Desenvolvimento capitalista e estado burguês na América Latina. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA – ALTERNATIVAS AO LIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA, 11., 2006, Vitória. *Anais...* Sociedade Brasileira de Economia Política – SEP: Universidade Federal de Espírito Santo, 2006. p.23.

LORA, G. *Causas de la inestabilidad política y de la crisis de las FF.AA*. La Paz: Ediciones Masas, 1983.

MOVIMIENTO AL SOCIALISMO – INSTRUMENTO POLÍTICO POR LA SOBERANÍA

DE LOS PUEBLOS (MAS-IPSP). Disponível em: <<http://www.masbolivia.org>>. Acesso em: 29 abr. 2008.

ORELLANA AILLÓN, L. Hacia una caracterización del gobierno de Evo Morales. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, v.6, n.19, jul. 2006.

PETRAS, J. Evo y su apuesta por el capitalismo. *Econoticias Bolivia*, La Paz, 14 abr. 2007. Disponível em: <http://www.constituyentesoberana.org/3/destacados/otrosdest/abril2007/140407_1.html>. Acesso em: 30 abr. 2008.

_____. Evo Morales y el neoliberalismo indígena. *Econoticias Bolivia*, La Paz, 01 abr. 2006. Disponível em: <www.econoticiasbolivia.com>. Acesso em: 30 abr. 2008.

_____. Evo Morales y Bolivia: gestos populistas y fondo neoliberal. *Rebelión*, [S.l.], 06 enero 2006. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=25141>>. Acesso em: 30 abr. 2008.

QUIROGA SANTA CRUZ, M. *El Saqueo de Bolivia*. 3. ed. La Paz: Puerta del Sol, 1979.

SAES, D. Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. In: NOGUEIRA, F. M. G.; RIZZOTTO, M. L. F. (Org.). *Políticas sociais e desenvolvimento*. São Paulo: Xamã, 2007. p.155-172.

SANTOS, B. de S. Evo Morales e a democracia. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, v.7, n.19, p.1-3, jul. 2006.

STEFANONI, P. Agora a Bolívia entra na globalização com um Estado forte. Entrevistador: Álvaro García Linera. *Carta Maior*, São Paulo, 22 nov. 2006. Disponível em: <http://www.cartamaior.com/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=12883>. Acesso em 30 abr. 2008.

_____. Queremos un capitalismo con mayor presencia del Estado. Entrevistador: Alvaro García Linera, vicepresidente de Bolívia. *Rebelion*, 20 maio 2007. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=51113>>. Acesso em: 30 abr. 2008.

ZAVALETA MERCADO, R. *50 Años de Historia*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1992.

_____. *Lo nacional-popular en Bolivia*. México: Siglo XXI, 1986.

_____. *Bolivia: la fuerza de la masa. de Banzer a Guevara Arce*. *Nueva Sociedad*, Caracas, n.47, 1980.

